

OS DESDOBRAMENTOS DO GRUPO DE PESQUISA DIMENSÕES DO REGIME VARGAS

FRAGA, André Barbosa; LAGO, Mayra Coan; MOURELLE, Thiago Cavaliere. (Org.).

Governo Vargas: um projeto de nação. Rio de Janeiro: 7 letras, 2020. 190 p.

Douglas Edward Furness Grandson¹

Por meio de dois livros, chamados *Governo Vargas: um projeto de nação* e *Governo Vargas: questões regionais e relações interamericanas*, o grupo de pesquisa *Dimensões do Regime Vargas e seus desdobramentos*, criado em 2012, mostra ao público brasileiro resultados de seu trabalho. O grupo foi idealizado pelos professores Orlando de Barros e Thiago Cavaliere Mourelle, a partir das Semanas de História da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), e hoje conta com 47 pesquisadores das cinco regiões brasileiras e do exterior, registrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Os professores ampliaram o escopo do grupo, o que abriu campo para contatos entre as mais distintas pesquisas sobre o período dos governos Vargas e sobre os seus desdobramentos. Portanto, essas publicações dão continuidade ao esforço de divulgação dos conhecimentos produzidos por diversos pesquisadores brasileiros, já observado no ano de 2017 com a publicação do livro *Olhares sobre o governo Vargas*. Nesta resenha será abordada a obra *Governo Vargas: um projeto de nação*, que reúne 9 textos sobre as relações entre o governo Vargas e a economia, a política, a sociedade, a cultura e a tecnologia. O livro foi produzido na data em que se completaram 90 anos da Revolução de 1930, mas a sua contribuição é principalmente sobre um período em desbravamento, que é o Estado Novo (1937-1945). Muitas fontes e abordagens distintas fornecem amplitude para o olhar sobre o tema. As atividades do

¹ Professor de História das redes municipal de Serra e estadual do Espírito Santo. Mestre e Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: douglas.furness@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0252-2887>

grupo podem, então, ser entendidas em três camadas: 1) as relações estabelecidas entre pesquisadores distantes geograficamente no território nacional e na Argentina; 2) a amplitude e a convivência de vários tipos de abordagens teóricas sobre um mesmo período histórico; 3) a riqueza de fontes e a apresentação de suas origens, permitindo o intercâmbio de dados e informações importantes para o fortalecimento da pesquisa nacional e, especificamente, sobre o governo Vargas e seus desdobramentos.

Essas relações pessoais e de pesquisa têm se confirmado em diversos encontros ocorridos pelo país, com a organização de eventos, dossiês temáticos e cursos de curta duração, concretizando o importante esforço de divulgação do conhecimento científico.

Inicialmente, o historiador Thiago Cavaliere Mourelle faz uma abordagem sobre os debates entre a Câmara dos Deputados e Vargas acerca do Orçamento de 1935, no artigo *O Brasil e a crise de 1929: economia, orçamento e debate político nos anos 1930*. Após um período de ditadura chamado de *Governo Provisório*, o Governo Vargas teve que negociar com a Câmara dos Deputados, então recentemente constituída, para aprovar o orçamento. Em 1934, o Legislativo confrontou Vargas em diversos momentos, assim como recebeu uma sucessão de vetos do presidente, em uma disputa que daria o tom do *porvir*: a possibilidade de um governo ditatorial. O autor mostra os diversos embates entre o Executivo e o Legislativo por meio das sessões legislativas, presentes no *Diário do Poder Legislativo*; as reações de Getúlio Vargas à Câmara, registradas em seu Diário; e a repercussão das discussões presentes na imprensa carioca, representada pelo *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil*.

O texto de Gabriel Duarte Costaguta, *Oliveira Viana, (re) ação política e interpretações do Brasil em 1930: problemas de política objetiva noventa anos depois*, por sua vez, tem por escopo “arrazoar” a imagem criada em torno do intelectual Oliveira Viana, mentor da Legislação trabalhista e assessor intrincado na burocracia varguista. Utilizando-se dos ensinamentos da *hermenêutica* de Quentin Skinner, o autor situa as obras de Oliveira Viana em seus respectivos contextos, antes e depois da Revolução de

1930, indicando que, para além do intelectual vinculado à política, existiu um intérprete do Brasil. Com base nos livros de Viana *O idealismo na evolução política do Império e da República* (1922), *Utopia Constitucional* (1927) e, especialmente, *Problemas de política objetiva* (1930), o autor salienta, para além da *dialógica* entre o texto e o contexto, os conceitos de Reinhart Kösselleck, de *Espaço da Experiência e Horizonte de Expectativa*.

Já André Fraga, por meio do texto *O sonho da fabricação aérea nacional autônoma durante do governo Vargas*, delinea o esforço empreendido pelo Estado na criação de uma aviação de guerra. Inserindo o país dentro do contexto mundial, o autor indica os primeiros passos para a criação do Ministério da Aeronáutica, efetivada em 20 de janeiro de 1941, após Vargas ter tido notícias do emprego bem-sucedido do avião na 2ª Guerra Mundial. Os objetivos estabelecidos pelo Ministério foram: a formação de pilotos, a construção de aviões e a formação de técnicos. André se dedica em seu artigo ao objetivo ligado à formação de uma indústria nacional de aviação, destacando a criação da Fábrica Nacional de Aviões (FNA), em Lagoa Santa, Minas Gerais, e a criação da Fábrica Nacional de Motores (FNM), em Xerém, no Rio de Janeiro. Como fontes históricas, utilizou os documentos recebidos pela Secretaria da Presidência da República (SPR) sobre inventos de objetos ligados à aviação, que eram encaminhados para o Ministério da Aeronáutica; os jornais cariocas (*Correio da Manhã*) e curitibanos (*Diário da Tarde*) que deram cobertura sobre a produção de motores nacionais no Paraná, e os documentos do Ministério da Aeronáutica, presentes no Fundo Salgado Filho, do Arquivo Nacional. A partir desses dados, o autor demonstra as dificuldades na obtenção, com os Estados Unidos, de maquinário e tecnologia para a construção de aviões no território nacional, indicando “ao leitor o lugar que o Brasil ocupou, durante as décadas de 1930 e de 1940, em uma acirrada disputa política e bélica mundial para ver qual país se mostraria mais avançado e melhor preparado tecnologicamente na área da aviação” (FRAGA, 2020, p. 63).

A autora Yasmin Viana Bragança oferece ao leitor um artigo sobre a forma como o governo Vargas organizou os papéis sociais, especialmente o da mulher, que teria atrelados ao gênero a maternidade e o papel patriótico de gerar bons filhos para

edificar a modernização do país. Em *“A grande cruzada pela educação, saúde e higiene”*: a maternidade científica como elemento chave durante a era Vargas, a autora analisa jornais ligados ao governo Vargas (*A Batalha e Correio da Manhã*) e opositores a ele (*A manhã*), identificando os discursos a respeito do papel da mulher sobre: a construção de uma sociedade moderna; a criação de políticas públicas que atrelaram educação, saúde e nação com foco na mulher; e os discursos feministas que fizeram coro com as falas conservadoras sobre o papel da mulher, maternidade e gênero. Para tanto, abordou as falas da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) e da Aliança Nacional de Mulheres (ANM), ligadas ao governo Vargas; e da União Feminina do Brasil (UFB), ligada ao Partido Comunista do Brasil.

Mayra Coan Lago, de posse de cartas enviadas pelo povo à Secretaria da Presidência da República, fez um estudo de fôlego ao analisar o conteúdo das correspondências, direcionadas a Vargas no auge do Estado Novo e provenientes de todos os recantos do país. Em seu artigo, intitulado *Dos “pais de Família” ao “pai da nação”*: imaginários populares sobre a família no Estado Novo, a autora expõe as elaborações que os brasileiros criaram sobre o discurso oficial do Governo e sobre o líder, considerado como “pai” de uma “grande família”. Ela analisa também a forma como os missivistas, pais e mães tentando sustentar as suas casas, “operaram” a concepção de família proposta pelo Estado Novo para buscarem empregos ou a intervenção do “pai” da nação na resolução dos problemas enfrentados por eles. Apoiada na interpretação de Bronislaw Backzo, a autora busca compreender a formação das representações dos brasileiros a partir dos imaginários sociais, indicando “suas “leituras” singulares e criativas” (LAGO, 2020, p. 86).

Também no campo das elaborações e estratégias dos trabalhadores com relação às inovações jurídicas e sociais promovidas pelo Governo Vargas, a autora Patrícia Costa de Alcântara escreveu sobre *Os anos iniciais da Justiça do Trabalho no Brasil*, tecendo breves considerações sobre autonomia e heteronomia normativa e atuação dos trabalhadores nos tribunais. Nesse texto, ela apresenta a visão jurídica doutrinária sobre

a constituição da Justiça do Trabalho no Governo Vargas. No entanto, utilizando-se do olhar de historiadora, tensiona a chamada heteronomia da Justiça do Trabalho, ou seja, a falta de autonomia da sociedade civil frente à ação estatal, com pesquisas documentais e orais que demonstram ter sido o processo mais complexo. De posse de processos da Junta de Conciliação e Julgamento de Belo Horizonte, de 1939 até 1945, a autora elenca casos de disputas entre empregadores e empregados, demonstrando que, à revelia da literatura doutrinária, não era vedada às partes a negociação direta, e, que na maioria das vezes, este tipo de acordo era desfavorável aos trabalhadores.

Encaminhando o conteúdo do livro para os *desdobramentos* do Governo Vargas, o texto de Raphael Peixoto de Paula Marques, *Poder Constituinte e mudança constitucional na transição brasileira para a democracia entre 1945 e 1946*, pondera sobre a *transição* do regime ditatorial para o democrático. Localizando-se no campo da História Constitucional, entendida como uma área que vai além da análise do texto, o autor problematiza o termo *transição*, normalmente compreendido como uma ruptura linear para a mudança. Ele indica que uma *transição democrática* deve ser entendida como algo fluido e complexo. De posse dos discursos de constitucionalistas, publicados em jornais como o *Diário Carioca e Correio da Manhã*, assim como dos registros do *Diário Oficial da União*, o autor indica as falas de Francisco Campos, mentor da Constituição de 1937, na defesa de um regime avesso à democracia liberal. Cinco anos depois, o contexto de entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial gerou um clima favorável para a oposição ao governo defender o retorno à democracia. O autor capta esse movimento e o debate colocado pelo governo, da produção de *uma reforma constitucional* contra o que queriam as oposições de esquerda e liberal, cada qual pedindo uma nova Constituição. No ano de 1945, o autor demonstra os embates entre governo e oposição sobre as eleições e indica que a *transição* foi marcada pela continuidade de resíduos do poder discricionário.

No texto *Aquisição de Competências e ingresso na carreira política: o caso de Ivete Vargas*, Douglas Souza Angeli faz uma exposição instigante sobre a trajetória política de Ivete Vargas, utilizando o conceito de *Capital Político* elaborado por Pierre Bourdieu.

Desse modo, ele “tira das sombras” da História o início da trajetória política de Ivete, sobrinha neta de Vargas, que, até então, era mais lembrada por sua disputa pela legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) contra Leonel Brizola na década de 1980. Remontando do final do Estado Novo até o 2º Governo Vargas, o autor utiliza as seguintes fontes históricas: uma entrevista da autora concedida ao CPDOC-FGV; o jornal *Brasil-Portugal* (1944-1948); a Revista *Ciência Política*; e a correspondência entre Ivete e seu tio-avô, Getúlio Vargas, fazendo indicações sobre o seu percurso político. Para responder à pergunta de como ela conseguiu êxito na carreira política, Douglas Angeli desvenda aos olhos do leitor a construção do *capital social, intelectual e político* por Ivete Vargas, propiciados pela vivência do “mundo de seu avô”, Viriato Vargas, político gaúcho residente no Rio de Janeiro.

Fechando o livro, o texto de Carlos Nássaro Araújo da Paixão, intitulado: *Juracy Magalhães e os debates sobre os modelos de desenvolvimento econômico do Brasil (1945-1960)*, aborda parte da trajetória política do político baiano e as suas aproximações e distanciamentos com Getúlio Vargas como “pretexto” para discutir como se foram construindo afinidades ou distanciamentos sobre o modelo do capitalismo no Brasil. Descrevendo a oposição presente no país entre um projeto de desenvolvimento autônomo estatal versus um modelo associado ao capital estrangeiro, o autor demonstra como o político filiado à União Democrática Nacional (UDN), parte da “chapa branca” do partido, participou de empreendimentos estatais como presidente de empresas importantes (C.V.R.D. e Petrobrás), a convite de Vargas, mas, no desenrolar dos eventos políticos do país, foi se aproximando do modelo oposto, tornando-se um “intelectual orgânico” do movimento político em prol da aproximação econômica entre o Brasil e os Estados Unidos. Para tanto, utiliza o depoimento do político prestado ao CPDOC, assim como sua autobiografia, *Minha Vida Pública na Bahia*.

Em linhas gerais, o livro oferece aos especialistas e aos leigos uma grande variedade de fontes históricas e abordagens, assim como indica caminhos de pesquisa

sobre as *Dimensões do Regime Vargas e seus desdobramentos*, cada vez mais ricos em análises. De pesquisas que dão espaço ao ponto de vista institucional do governo Vargas até as reações e elaborações que as pessoas tiveram de legislações, da constituição, de discursos e regras oficiais, o livro permite o profícuo debate sobre a cultura, a economia, a sociedade e o papel do Estado nessas esferas em um período específico.

É notável a liberdade e democracia do grupo, que conta com diversas abordagens e referenciais muitas vezes distantes no campo teórico. Porém, é de se destacar que as pesquisas têm um grande objetivo, que é demonstrar, de um ponto de vista compreensivo, a forma como o Estado organizou a sociedade brasileira sem perder de vista a reação e as elaborações das pessoas que viveram aquelas relações. Fugindo de um ponto de vista que atribui, de imediato, a ação do Estado como manipulador do povo e a este o papel de mera massa de manobra passiva, as pesquisas, cada qual em sua órbita, indicam as leituras que os brasileiros tiveram do que estava sendo colocado como novo no Brasil, e a forma como eles buscaram instrumentalizar, operacionalizar e colocar em termos práticos o discurso oficial do governo Vargas.

De certa maneira é prestado um tributo a pesquisas como a de Ângela de Castro Gomes, Jorge Ferreira e Orlando de Barros, o que é perceptível por meio de uma premissa geral: de que é necessário não só compreender as ações do Estado, mas a realidade em sua sincronia e diacronia, com destaque às atitudes individuais frente a um campo de possibilidades de ação em uma determinada estruturação político-econômica-social-cultural. Portanto, agem como um pano de fundo extremamente qualificado as teses de Ângela de Castro Gomes, sobre a construção do trabalhismo pelo governo Vargas; de Jorge Ferreira, de que os trabalhadores não ficaram passivos à estrutura corporativa criada no Estado Novo, e a de Orlando de Barros, sobre as tensões das relações político-culturais entre Brasil e EUA. Desse modo, a especialização das pesquisas se complementam e se fortalecem mutuamente, a partir das análises documentais e das distintas abordagens aplicadas, o que expõe para a sociedade informações muitas vezes relegadas ao esquecimento em arquivos. Com

esses conhecimentos é possível que a sociedade atual possa refletir sobre as distâncias e proximidades que o presente guarda com o passado, permitindo uma reavaliação, reflexão e divulgação de certas informações, lembrando, como disse Hobsbawm, muitas vezes o que as pessoas querem esquecer.

Submetido em 27.04.2021 – Aceito em 28.05.2021